



DR. JÚLIO HENRIQUES

INSTITUTO BOTÂNICO «DR. JÚLIO HENRIQUES»

A data *16 de Maio de 1925* ficará inscrita no livro de ouro da Universidade de Coimbra com uma comemoração ao mesmo tempo grandiosa e comovente.

Decorridos apenas sete anos depois de ter sido realizada por esta Universidade, com a colaboração de todos os estabelecimentos científicos do país, a mais bela e imponente apoteose em honra do admirável labor científico executado pelo sábio Professor Dr. Júlio Henriques, a Universidade de Coimbra voltou a testemunhar a sua alta consideração ao Querido Mestre que, infatigavelmente, continua perseverando nas suas investigações, e em todo o mundo culto alcançou elevado prestígio, que ao nosso país enche de glória.

Êste facto, mais do que outras quaisquer considerações, prova quanto foi merecida a manifestação de então. A comemoração que teve agora lugar assegura-nos de que outras se seguirão, honrando-se assim a Universidade e a Pátria, que tanto deve a êste sábio.

O Instituto de Coimbra, que tem tido sempre no Dr. Júlio Henriques um colaborador prestigioso e dedicado, publicou em 1918 um número especial em honra de Sua Ex.^a e, sempre com o mesmo carinho, com o mesmo entusiasmo, com o mesmo respeito, saúda o venerando e sábio Mestre e associa-se enternecidamente à manifestação que ora lhe foi tributada.

*

* *

A cerimónia, que teve lugar na grande sala em que o grande mestre assinalou uma das suas mais notáveis obras — o *Herbário* — foi presidida pelo sr. Ministro da Instrução Pública, que, em palavras do maior elogio, enalteceu a obra do sábio homenageado e declarou associar-se a esta manifestação tendo a honra e prazer de anunciar que por sua proposta fôra agraciado o Dr. Júlio Henriques com a gran cruz de S. Tiago da Espada.

*

* *

Na impossibilidade de referir, mesmo sucintamente, todos os actos que tanto contribuíram para dar brilho a esta homenagem, damos em seguida um extracto do admirável discurso pronunciado pelo ilustre Professor Dr. Luís Carrisso, sucessor do Dr. Júlio Henriques, na cadeira de Botânica e na direcção do Jardim Botânico, e a mensagem, impregnada de grandeza e adorável modéstia, que o Dr. Júlio Henriques enviou à sessão, e que foi lida por seu cunhado o Ex.^{mo} Sr. Dr. Jaime de Magalhães Lima.

EXTRACTO DO DISCURSO
PRONUNCIADO PELO EX.^{mo} SR. DR. LUÍS CARRISSO

Por decreto publicado a 25 de Abril do corrente ano, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e os seus anexos — herbários, museu, biblioteca e laboratórios — passaram a denominar-se *Instituto Botânico Dr. Júlio Henriques*. Esse decreto veio satisfazer os desejos da Faculdade de Ciências,

de que o Jardim é dependência, e que nesse sentido tinha representado ao Governo.

Nunca, talvez, com mais razão e mais justiça se fez a um estabelecimento científico a imposição de um nome individual. Com efeito, se em 1868, quando começou a ter interferência na direcção do Jardim, o Dr. Júlio Henriques o encontrou já feito, no que se refere à sua parte material, não é menos certo que tudo o que diz respeito à organização científica foi quasi exclusivamente obra sua.

Nada existia, nessa data, das magníficas instalações que hoje ocupam parte do andar térreo do edificio de S. Bento. Herbários, museus, laboratórios, foi elle quem os organizou em mais de meio século de trabalho. E assim, a nova denominação representa de facto uma consagração justíssima.

A história do Jardim Botânico está feita pelo próprio Dr. Júlio Henriques, que a êsse respeito publicou uma memória datada de 1876. Mas êsse trabalho é hoje raro, e creio mesmo que está exgotada a edição. Não será pois de todo inútil repetir aqui, a traços largos, as principais fases por que passou êste magnífico estabelecimento de ensino e de investigação científica.

*
* *

Como a antiga Faculdade de Filosofia Natural, de que era uma dependência, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra foi criado pela reforma pombalina, em 1772.

Homem de acção, o Marquês de Pombal não gastou muito tempo em efectivar a instalação do «Horto Botânico», tornando uma realidade a disposição estatutária que a elle se referia. Em 1773, adquirido o terreno, deu-se início às obras; e já no ano seguinte o jardineiro do Real Jardim da Ajuda,

de Lisboa, Júlio Mattiazi, procedia às primeiras plantações.

O estabelecimento do plano do Jardim foi bastante laborioso. Em carta, datada de Fevereiro de 1773, o grande Marquês encarrega dêsse trabalho uma comissão, constituída pelo Reformador Reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que largamente colaborara na reforma dos estudos, como membro que fôra da célebre Junta de Providência Literária, os professores italianos Domingos Vandelli e Dalla Bella, da Faculdade de Filosofia, e o engenheiro Guilherme Elsdén.

Tendo esta comissão tomado conhecimento de um projecto da autoria do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, rejeitou-o, por ser muito modesto. E, a seguir, elaborou outro, grandioso, que sujeitou à aprovação régia.

O Marquês respondeu, numa carta justamente célebre, denegando autorização para que o projecto se executasse, alegando que era extremamente dispendioso. «Sua Majestade, diz êle, não quer jardim maior, nem mais sumptuoso, do que o de Chelsea, na cidade de Londres, que é a mais opulenta da Europa...».

Em virtude desta resposta os trabalhos prosseguiram segundo um outro plano, muito mais modesto, e totalmente diferente do primeiro. Preparou-se um terrapleno, que faz parte integrante do actual Jardim, e começou-se a respectiva vedação com simples muros.

Pouco depois morre D. José; o Marquês de Pombal é afastado da gerência dos negócios públicos, e começa a percorrer a via dolorosa que só havia de terminar com a sua morte, em 1782. Reinou então uma verdadeira febre em desmanchar a obra do grande ditador; e, se é certo que a atitude serena e enérgica do Reformador Reitor até certo ponto poupou a Universidade da fúria destruidora dos inimigos do Marquês, tudo leva porém a crer que as obras do

Jardim paralizaram, ou, pelo menos, afrouxaram consideravelmente.

Este estado das coisas manteve-se, de-certo, durante os dois triénios em que o Principal Mendonça governou a Universidade (1779-1785). D. Francisco de Lemos consagrara-se inteiramente ao bispado de Coimbra.

Ao Principal Mendonça sucedeu, na Reitoria, o Principal Castro. E, em 1791, tem lugar um facto de importância capital para a história do Jardim Botânico: Félix de Avelar Brotero é encarregado pela Rainha do ensino da Botânica e da direcção do Jardim.

*

* *

A biografia de Brotero sai fora dos quadros dêste resumo histórico. Bastar-nos há lembrar que, quando foi chamado a Coimbra, trazia consigo uma vasta bagagem científica, adquirida em doze anos de convívio com as sumidades da época — Buffon, Lamarck, Cuvier, A. L. Jussieu e outros — e o grau de doutor em Medicina pela Universidade de Reims. A publicação, em 1788, do seu *Compêndio de Botânica*, era outro título que bem justificava a determinação régia, que ordenou que lhe fôsse conferido gratuitamente o capêlo na Faculdade de Filosofia.

Brotero, cujos vastos conhecimentos eram ainda servidos por uma robusta inteligência, levou o Jardim Botânico a um alto grau de esplendor, especialmente no campo científico. Procedeu a largas herborizações, e deu um tal desenvolvimento às culturas, que o número das espécies existentes no Jardim chegou a ultrapassar 3.000, número realmente elevado para o espaço então disponível.

O Reitor, o Principal Castro, auxiliou-o na parte material. As obras do Jardim prosseguiram, e melhoraram-se consideravelmente as condições do abastecimento de água.

Anos depois, em 1799, volta D. Francisco de Lemos a assumir a chefia da Universidade. Com um entranhado amor ao estabelecimento que vira nascer, e, agora, livre das peias que o espírito económico do Marquês lhe impusera, o grande Reitor dedica-se de alma e coração às obras do Jardim Botânico. Na impossibilidade de executar o plano primitivo, que o Marquês de Pombal rejeitara, D. Francisco de Lemos resolve aproveitar o existente, ampliando-o por forma a dar ao Jardim Botânico as proporções grandiosas que outrora sonhara.

As obras recommçaram com tãda a actividade em 1801. Pouco depois é contratado um desenhador, Gregório de Queirós; e em 1807 é adquirida, para alargar o Jardim, uma larga faixa de terreno da cêrca do convento dos Marianos (hoje Ursulinas). Neste mesmo ano D. Francisco de Lemos endereça, a Brotero, que continuava à testa do Jardim, uma consulta acêrca das condições scientificas e materiais a que havia de obedecer o projecto de alargamento, que desejava executar. E encarrega da direcção das obras o discípulo de Brotero, Dr. António José das Neves e Melo, que foi, a partir de então, o seu melhor colaborador.

A grandiosa aspiração de D. Francisco de Lemos não logrou, porém, realizar-se ainda desta vez. Sobrevêm as invasões napoleónicas, com o seu nunca esquecido cortejo de misérias e vexames. O nosso dinheiro, as nossas obras de arte, o nosso próprio sangue seguem fronteira fora; e o próprio Reitor, figura de grande relêvo social, é compelido a ir para França, sob o pretexto mal disfarçado de uma missão diplomática.

*

* *

Mas essa negra época passou, e, depois de alguns factos desagradáveis que o esperaram no seu regresso a Portugal,

e que o retiveram no Pôrto durante três anos, sob a acusação caluniosa de traidor à sua Pátria, D. Francisco de Lemos, Bispo-Conde e Reitor da Universidade, faz a sua entrada na cidade de Coimbra, a 23 de Dezembro de 1813, no meio das mais entusiásticas e affectuosas manifestações populares.

O ilustre Prelado contava então já 78 anos de idade, e a sua longa vida tinha sido consagrada ao serviço do seu País, através de uma carreira pública brilhante, é certo, mas extremamente trabalhosa e agitada. Mas a sua tenacidade igualava o brilho do seu espírito; e, tendo de novo nas mãos o governo da Universidade, de novo se consagrou à obra que foi de-certo a grande aspiração da sua vida: o Jardim Botânico.

A época era má para a execução dos seus planos. O país a custo se refazia do profundo abalo derivado das invasões, e as finanças do Estado, e por conseguinte as da Universidade, não comportavam o enorme dispêndio que exigia a efectivação do seu grandioso projecto. Mas nada o intimidou.

Os trabalhos recommçaram com tãda a actividade e D. Francisco de Lemos encontrou, na pessoa do Dr. Neves e Melo, então director do Jardim, e que anos antes fôra já encarregado de dirigir as obras, um colaborador da maior valia. E pode afirmar-se que sete anos depois, quando o velho Prelado abandona de vez a sua querida Universidade, o Jardim Botânico, na sua parte architectónica, estava concluído.

Esta obra grandiosa, executada em tão curto tempo, exigiu um esforço enorme, e perturbou fortemente as finanças universitárias. Os ordenados dos lentes andaram atrasados: chegou a não haver dinheiro para sustentar o hospital. Levantou-se então contra o Reitor, e contra o seu colaborador e amigo Dr. Neves e Melo, uma campanha temível, que atingiu o seu auge com a publicação de «pasquins, libelos

famosos e papéis incendiários» que apareciam clandestinamente afixados nas esquinas, e em que D. Francisco de Lemos era fortemente agravado. Mas o velho Reitor não sossobrou; e, a-pesar-de octogenário, ainda teve energia suficiente para suspender três lentes de Medicina, autores da campanha, e para os expulsar da cidade!

O Dr. Neves e Melo também compartilhou dessa luta titânica. Acusado de descurar o desenvolvimento científico do Jardim, teve de defrontar-se com inimigos implacáveis, e entre êles com Brotero, seu antigo professor e amigo. A questão política, que então começava a entrar na sua fase aguda, não pouco contribuiu para azedar esta contenda.

Finalmente, em 1821, cansado, mortificado de desgostos, mas talvez com a consolação íntima de ter, finalmente, realizado o seu plano e dado corpo à maior aspiração da sua vida, o grande Reformador Reitor solicita a exoneração do cargo, que lhe é concedida. Já estava, porém, bem perto do termo da sua longa existência. Em 16 de Abril de 1822, no Paço episcopal de Coimbra, exala o último suspiro.

*

* *

Durante a época que se seguiu, desde o afastamento de D. Francisco de Lemos até 1854, o Jardim esteve sempre mais ou menos abandonado. Sucederam-se, durante êsses trinta e três anos, nove directores, alguns dos quais pouco se demoraram no exercício das suas funções. Era a consequência lógica da falta de disponibilidades pecuniárias, e do estado de decadência de todo o ensino universitário.

Em 1854 toma a direcção do Jardim o Dr. Henrique do Couto. Homem prático, e magnífico administrador, dá um incremento notável ao Jardim, debaixo do ponto de vista material. Em 1856 procede-se à construção das estufas; e,

a seguir, dá-se a forma definitiva à alameda que fica junto ao edifício de S. Bento. Em 1861 é anexada ao Jardim a cêrca dos frades bentos, que lhe ficava contigua, e que até então tinha servido para auxiliar o ensino na cadeira de agricultura.

Se, debaixo do ponto de vista material, a direcção do Dr. Henrique do Couto foi proveitosa, outro tanto se não pode afirmar quanto à parte científica. Contudo, em 1866, e em parte devido a instâncias dêle próprio, é contratado para jardineiro chefe Edmond Goëze, de nacionalidade alemã, com largos conhecimentos de jardinagem que lhe advinham do seu estágio nos jardins de Paris e Kew (Londres).

Edmond Goëze deu, de facto, ao Jardim Botânico, um grande desenvolvimento. Largamente relacionado, obteve grande cópia de sementes e de plantas dos jardins estrangeiros. Ilustres amadores portugueses também prestaram o seu concurso: entre êles merece uma menção especial António Borges da Câmara, da ilha de S. Miguel, que pessoalmente colaborou em várias obras de jardinagem, dotando-as até do seu bôlso particular, quando isso era necessário. De regresso à sua terra natal, êste ilustre bemfeitor do Jardim levou em sua companhia o jardineiro Goëze, que pouco depois regressava a Coimbra com grande quantidade de plantas, oferta generosa de António Borges da Câmara, que possuía em S. Miguel jardins justamente reputados.

Em 1868 inicia-se a publicação do *Index seminum* (catálogo de sementes), para a troca com os estabelecimentos congêneres. E, com essa publicação, o Jardim Botânico de Coimbra entra de facto no movimento botânico da Europa.

Devem aqui também ser citados os nomes do Dr. António de Carvalho, professor da Faculdade de Filosofia, e Carlos Machado, professor do Liceu de Coimbra. Ambos possuíam largos conhecimentos da flora portuguesa; e ambos auxiliaram poderosamente o jardineiro Goëze.



Já, porém, nesta época, tinha interferência no Jardim Botânico o Dr. Júlio Augusto Henriques, que anos depois foi nomeado director (1873). E se debaixo do ponto de vista material o Jardim foi obra do Reitor D. Francisco de Lemos, é sem dúvida à prodigiosa actividade e magnífica orientação do Dr. Júlio Henriques que se deve a sua organização científica.

Mais adiante, quando nos referirmos ao Instituto Botânico, que êle criou, voltaremos a occupar-nos desta grande figura de homem de sciência e de homem de bem, que hoje, do alto dos seus 86 anos, pode contemplar com desvanecimento a obra colossal a que consagrou a sua longa vida. Aqui, limitar-nos hemos a indicar, a traços largos, a sua influência no desenvolvimento do Jardim Botânico.

Nomeado professor substituto em 1866, foi contudo a partir de 1868 que começou a sua interferência na direcção do Jardim, de acôrdo com o Dr. António José Rodrigues Vidal, que era então o director. E cinco anos depois (1873) é-lhe confiada pelo conselho da Faculdade a direcção efectiva.

O desenvolvimento scientifico, iniciado nos anos anteriores, entra então em plena florescência. Auxiliado pelo jardineiro chefe Adolfo Frederico Moler, o novo director procede a novas plantações, dispondo-as metòdicamente. Transcrevemos, da memória já citada, a descripção dessas plantações, feita pelo seu próprio punho:

«Há duas partes perfeitamente distintas: a escola medicinal e industrial e a escola geral.

A primeira, disposta pelo método de Adr. de Jussieu, conteve no ano corrente (1876) 463 espécies, pertencentes a 108 famílias.

A segunda, disposta segundo o método de Endlicher, já seguido anteriormente, compreende as *Monocotiledóneas* no terrapleno contíguo à rua principal, seguindo-se-lhes as *Ginospérmicas*, dispostas um pouco desordenadamente, como já as encontrei, e terminando pelas espécies do género *Araucária*.

No segundo e terceiro terrapleno estão plantadas as *Dicotiledóneas apétalas* e *monopétalas*.

O quadrado primitivo contém as *Dicotiledóneas dialipétalas*.

Alguns grupos naturais ocupam lugares especiais. As *Acácias* encontram-se no segundo terrapleno, dispostas em linha e formando um grupo no extremo.

As *Proteáceas* encontram-se perto destas, e algumas *Mir-táceas* entre a escola medicinal e o grande quadrado.

As árvores formam as alamedas, vestem a rua principal e parte da rua central, e ocupam a pequena mata.

Não achando conveniente a cultura de grandes árvores nos canteiros do Jardim, comecei a plantação delas na cêrca de S. Bento.

Em parte encontram-se as *Coníferas*, noutra os *Eucaliptos*, noutra as *Ameutáceas*.

Além destas culturas ao ar livre, há as culturas nas estufas.

Na grande estufa o corpo central serve como estufa fria e contém as plantas gordas, algumas palmeiras, a *Strelitzia Augusta*, um belo exemplar de *Paudanus utilis* e algumas plantas que, a-pesar-de poderem ser cultivadas ao ar livre, aí melhor se desenvolvem e frutificam.

Um dos corpos laterais serve de estufa quente, a-pesar-de ser aquecida deficientemente. Contém uma colecção bastante numerosa de *Palmeiras* e *Aroídeas*.

O outro corpo funciona como estufa temperada, e nêle se faz grande parte da sementeira das plantas mais delicadas.

Numa pequena estufa são cultivadas as *Orquídeas*, e algumas outras plantas, entre as quais se encontra o *Desmodium gyraus*, notável por seus movimentos.

Na estufa immediata faz-se a multiplicação e cultivam-se algumas plantas, que exigem temperatura elevada. Está aí a *Ouvirandra fenestrata*, curiosíssima planta de Madagascar.

Na última estufa são cultivados os *fétos*, sendo notáveis pelas suas dimensões os exemplares mandados da Austrália pelo sábio botânico Barão de Müller.

Na cêrca são cultivadas, além das árvores florestais, as árvores frutíferas. As pereiras e macieiras occupam a parte inferior e parte da encosta do lado do convento de S. José; as laranjeiras a parte média e algumas a parte inferior.

A vinha, cuja cultura tem tido considerável desenvolvimento, graças ao auxilio e cuidados do Ex.^{mo} Sr. Visconde de Vila-Maior, está disposta na encosta do lado da cidade. Contém 100 castas estrangeiras e 145 das cultivadas de longo tempo no país».

Em 1878 é publicado o *Catalogo das plantas cultivadas no Jardim Botânico*. Menciona 3:836 espécies, o que indica superabundantemente o grau de desenvolvimento que o Jardim tinha atingido.

*

* *

Dotado, como dissemos, de incansável actividade, e com um perfeito conhecimento da orientação que se devia imprimir a um Jardim Botânico, num país com largos domínios coloniais, o Dr. Júlio Henriques iniciou trabalhos que, pelo facto de não terem sido apreciados nem compreendidos pelos governos portuguezes, não deixam por isso de revestir a maior importância. Queremos referir-nos à introdução, nas colónias portuguezas, das culturas de interêsse económico, e, particularmente, das quinas.

Já antes de 1873 se tinha organizado, nas estufas do Jardim de Coimbra, a cultura de plantas coloniais de valor industrial. Procedia-se a largas sementeiras, e as plantas eram depois distribuídas pelas nossas colónias, onde as condições de clima permitiam o seu desenvolvimento. Estes trabalhos de expansão colonial, digamos assim, atingiram o seu apogeu em 1883; nesse ano foram mais de 700 as plantas que saíram das estufas do Jardim, com destino a S. Tomé, Cabo Verde e Angola. As espécies, cuja introdução assim se promovia, eram muitas: mas principalmente as quinas (*Chinchona calisaya*, *Chinchona succerubra*), *Camphora officinalis*, *Peper nigrum*, *Cinnamomum dulce*.

No ano de 1885, a remessa de plantas para S. Tomé foi acompanhada pelo jardineiro chefe F. Moller, comissionado pelo Jardim Botânico a fim de proceder à colheita de materiais para o estudo daquela nossa riquíssima colónia. Essa missão, que teve os melhores resultados, foi completada em 1903; nesse ano é o próprio Dr. Júlio Henriques que se dirige à ilha de S. Tomé, onde permanece algum tempo, estudando *de visu* a flora e a geografia da ilha. Os resultados destas expedições vêm condensados numa magnífica monografia, que veio diminuir a extrema pobreza da nossa bibliografia científica colonial: preenche quasi todo o volume XXVII do *Boletim da Sociedade Broteriana* (1917).

A expansão colonial, afirmada na remessa de plantas e sementes, era assim completada pelo estudo directo das nossas colónias. Êste esforço, que revela uma iniciativa e uma orientação magníficas, de indiscutíveis vantagens para o país, não foi porém compreendido pelo Estado: e as estufas de Coimbra, onde tantas plantas se tinham criado com destino às colónias, estão reduzidas à categoria de simples abrigos envidraçados, pela ruína total do seu material de aquecimento.



É também ao Dr. Júlio Henriques que se deve o monumento a Brotero, que se levantou no Jardim Botânico, em frente do pórtico central.

Movido pela generosa idea de saldar, com um mármore eterno, a dívida de gratidão não só do Jardim Botânico, mas de todo o país para com o ilustre botânico, o Dr. Júlio Henriques promoveu uma subscrição para custear o monumento. As Majestades, e grande número de intellectuais, particularmente professores, foram sensíveis ao seu apêlo, e em 1887 uma lindíssima estátua, verdadeira obra de arte, devida a Soares dos Reis, foi definitivamente assente no seu pedestal. O grande Brotero, a quem o Jardim Botânico deve o seu primeiro período de esplendor, ficou assim consagrado, dentro dos muros do estabelecimento que êle ajudou a criar.



Avelar Brotero, que abandonou Coimbra em 1811, nada deixou que atestasse a grande actividade que desenvolveu no Jardim, durante o período que nêle trabalhou. Tendo largamente herborizado em todo o país, herborizações que he forneceram os materiais para as suas célebres obras: a *Flora Lusitana* (2 vols.) e a *Phytographia Lusitana*, levou provavelmente consigo o seu herbário, quando, desgostoso, se retirou definitivamente da cidade universitária.

Dos professores de Botânica que se lhe seguiram, nenhum reünia materiais que servissem para o ensino, e que porventura representassem o incio de um herbário português. Só o Dr. António de Carvalho, já atrás citado, procedeu a al-

guns trabalhos no campo, tendo organizado uma pequena colecção de plantas secas.

Foi com esse poerríssimo material que o Dr. Júlio Henriques fundou o actual Instituto Botânico, em 1871. Foi nessa data que elle se instalou no edificio de S. Bento, iniciando a obra colossal que acaba de receber a sua justa consagração.

As herborizações começaram a fazer-se com actividade. Anos depois, adquire o valioso herbário do Prof. Willkomm, um dos autores do *Prodromus Florae Hispanicae*, instrumento da maior valia para o estudo da flora portugueza.

Organiza a Sociedade Broteriana, onde conjuga os esforços de todos aquelles que, em Portugal, se interessavam pelo conhecimento da flora. Em 1882, é publicado o primeiro volume do *Boletim* dessa Sociedade: e a partir de então, numa actividade constante e ininterrupta, o herbário completa-se, e succedem-se as monografias em que eram estudadas as famílias mais interessantes da flora portugueza.

Com o início da publicação desse *Boletim* coincide também o largo desenvolvimento dado à biblioteca, até então embrionária. Numerosas revistas e publicações estrangeiras estabelecem permuta com a acreditada revista portugueza: e assim, a biblioteca botânica enriquece-se com publicações que os magros recursos do Jardim nunca teriam permitido obter por outra forma.

*

* *

O museu botânico, que hoje ocupa três grandes salas, é realmente notável. Ano a ano, num trabalho persistente, foi o Dr. Júlio Henriques accumulando os ricos materiais que o compõem. É muito completa a documentação relativa às nossas colónias; e os modelos e estampas destinados ao ensino constituem uma colecção magnífica.



Teve o Dr. Júlio Henriques, para a execução da sua obra, a rara felicidade de encontrar colaboradores à altura do seu chefe. O Dr. Joaquim de Mariz, naturalista adjunto ao herbário, foi o seu companheiro de 37 anos. Muito lhe deve o herbário, onde trabalhou como um verdadeiro beneditino, tendo publicado numerosas monografias acêrca da flora portuguesa. Adolfo Frederico Moler, jardineiro chefe, tinha o estôfo de um verdadeiro naturalista: herborizou largamente em todo o país, e a êle se deve grande parte dos materiais que enriquecem hoje o herbário. E, finalmente, Manuel Ferreira, empregado mais modesto, que ainda hoje faz parte do pessoal do Jardim Botânico. Colector consciencioso e incansável, poucos foram os pontos do país que êle não visitou, levando às costas a lata simbólica do botânico herborizador. Conta hoje mais de 60 anos de serviço, visto que já fazia parte do pessoal quando foi contratado o jardineiro Goëze.

Neste momento de consagração, em que todos se curvam perante um homem que, como o Dr. Júlio Henriques, soube realizar uma obra perdurável, é de elementar justiça não esquecer os seus companheiros de trabalho, que tão perfeitamente se integraram nas aspirações do grande Mestre.

MENSAGEM DO EX.^{mo} SR. DR. JÚLIO HENRIQUES

IL.^{mo} EX.^{mo} SR. MINISTRO DA INSTRUÇÃO;
IL.^{mo} EX.^{mo} SR. VICE-REITOR DA UNIVERSI-
DADE E MAIS SENHORES:

Muito penhorado agradeço a sessão que promoveram em minha honra, que na minha gratidão vem juntar-se à que foi